

Novo Congresso emprega parentes como no passado

Christiane Samarco e Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — Eles são a maior bancada da Câmara e do Senado Federal — 116 deputados e 26 senadores, superando numericamente partidos grandes como PMDB e PFL. A quarta parte dos 503 deputados e nada menos que um terço dos 81 senadores empregam familiares em seus gabinetes. Na maioria dos casos, os privilegiados parentes recebem os mais altos salários — pouco mais de Cr\$ 500 mil para secretário parlamentar e Cr\$ 1.018,00 para assessor técnico. Há quem acabe trabalhando em casa, em expediente extra, mas não são raros os que só comparecem ao local de trabalho para pegar o contracheque. Atrás da bancada do nepotismo no Congresso Nacional esconde-se hoje uma legião de 65 filhos e filhas de parlamentares, 62 mulheres e maridos e 22 irmãos, além 15 sobrinhos, outros tantos primos, cunhados, genros, noras, pais, mães e até mesmo sogras.

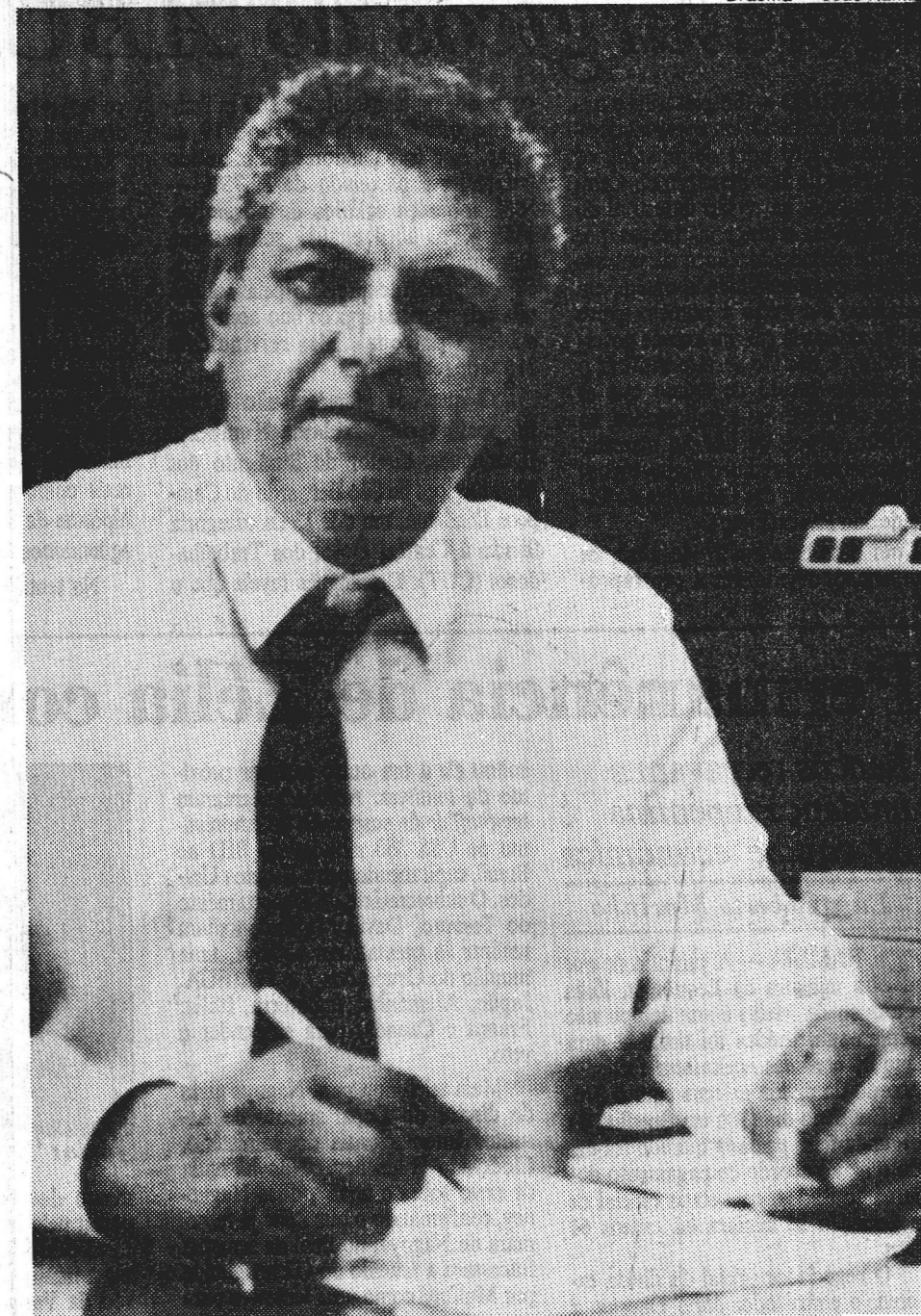
“O deputado tem o direito de empregar quem quiser nos cargos de confiança”, diz o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) que, ao deixar a liderança do partido há um mês, demitiu sua mulher Ângela e a filha Gisela. “Tirei porque achei que devia, mas não

condeno ninguém que mantenha alguém da família em seu gabinete. O novato Benedito Carvalho Sá (PDS-PI) contratou a mulher Odimércia e o concunhado Nairton, que não considera um familiar, e se justifica: “Não se pode desprezar uma pessoa só porque é parente. Para achar alguém de confiança é preciso recorrer à família.” “Estou pouco me lixando com o que podem dizer a respeito”, sentencia o deputado José Thomaz Nonô, que faz oposição ao presidente Collor em Alagoas, trocou o PFL pelo PMDB, mas manteve lotada em seu gabinete a mulher Lúcia. Líder de Collor na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG) acha que ter a mulher e a filha lotadas em seu gabinete não compromete a imagem do governo: “Não há nenhuma desonestidade em empregar parentes. Nepotismo é encher os cargos de parentes que se eternizam na Casa”, diz.

Não é a primeira vez que o Congresso Nacional é flagrado na situação constrangedora em que parte de seus integrantes — a minoria, por sinal — adota o nepotismo como prática. Em 1989, o **JORNAL DO BRASIL** noticiou que 197 dos 495 integrantes da Câmara dos Deputados e 22 dos 75 do Senado empregavam um ou mais parentes. A constatação de que o velho hábito de empregar parentes não saiu de moda no

Congresso revela o descaso que alguns deputados e senadores dispensam ao dinheiro público. O fato, contudo, é que a distorção do empreguismo no Congresso acaba por ressaltar uma virtude do Legislativo: a relativa transparência da instituição. Com todos os defeitos, o Congresso é um poder menos hermético do que o Executivo ou o Judiciário.

“Empregar a parentada é um abuso que compromete a imagem e a eficiência do Parlamento. Mas quem vai julgar o comportamento desses nepotistas é o eleitor”, encerra o deputado Dércio Knop (PDT-SC), que colocou a mulher trabalhando no gabinete sem remuneração e se recusa a lotá-la. Uma consulta à lista do novo secretariado parlamentar, guardada a sete chaves pela direção do Congresso, e um levantamento do **JORNAL DO BRASIL** junto a todos os 584 gabinetes de deputados e senadores apontou a existência de exatos 202 parentes de parlamentar empregados no Legislativo — 165 na Câmara dos Deputados e 37 no Senado, sem contar aqueles que estão abrigados nas lideranças partidárias, secretarias e mesas diretoras ou, para disfarçar, no gabinete de um parlamentar amigo, que tem um sobrenome diferente do seu.



No Senado, Miguel continua a assessorar o tio, Nelson Carneiro